



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)**

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)

INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)

BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)

MARIA IMACULADA OLIVEIRA DIAS

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DESCOLONIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS
ESCOLARES: UMA INTERVENÇÃO NA ESCOLA ANTONIO CORREIA DE
CASTRO ACARAPE-CE**

ACARAPE – CE

2020

MARIA IMACULADA OLIVEIRA DIAS

PRATICAS PEDAGÓGICAS, DESCOLONIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS
ESCOLARES: UMA INTERVENÇÃO NA ESCOLA ANTONIO CORREIA DE
CASTRO ACARAPE-CE

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao curso de Bacharelado em
Humanidades (BHU), vinculado ao
Instituto de Humanidades (IH), da
Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB),
como requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ruben Maciel Franklin (Orientador) Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Jon Anderson Machado Cavalcante (Examinador Interno) Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Profa. Dra. Janaina Campos Lobo (Examinadora Interna) Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

ACARAPE – CE

2020

Dedico esse trabalho a minha família, por me apoiarem na minha vida acadêmica, ajudando sempre e incentivando, em especial ao meu filho Luís Miguel Oliveira Dias Alves, por me dar força nessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por manter minha fé e guiar meus passos, a minha família especialmente ao meu filho Luís Miguel Oliveira Dias Alves por me dar forças durante essa caminhada, aos meus queridos amigos, em especial Jhennefee Barroso, Suenia silva e Liliana Alves por me motivarem e por permanecer ao meu lado em todos os momentos que precisei, e aos meu colegas universitários por vivenciar essa experiência acadêmica.

Agradeço também a todos os docentes que puderam compartilhar seus conhecimentos e fazer com que pudesse aprender cada vez mais sobre esse tema, principalmente ao meu orientador Ruben Maciel, por toda dedicação, orientação e responsabilidade, um profissional admirável.

RESUMO

O presente trabalho, que tem como título *Práticas pedagógicas e Descolonização dos currículos escolares: uma intervenção na escola Antonio Correia de Castro Acarape-CE*, se detém sobre a importância da descolonização dos currículos escolares, de modo a discutir como mudanças nas práticas pedagógicas podem influir nessa descolonização. Explorando os sentidos do conceito de colonialidade e sua influência nos currículos escolares, objetivamos investigar como (e se) os conteúdos afro-brasileiros têm sido colocados em prática, uma vez que a partir da lei 10.639/03 eles passaram a ser considerados obrigatórios. A metodologia utilizada será qualitativa, entre as quais: estudo de campo, questionários aos professores, análise do material didático, além de um amplo estudo bibliográfico sobre o tema em si.

Palavras-chaves: Práticas pedagógicas; Colonialidade; Descolonização dos Currículos; Educação.

SUMÁRIO

- 1. APRESENTAÇÃO**
- 2. OBJETIVOS**
- 3. JUSTIFICATIVA / PROBLEMATIZAÇÃO**
- 4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**
- 5. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**
- 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES**

APRESENTAÇÃO

A iniciativa das Nações Unidas, que proclamou o período de 2003 a 2012 como a Década da Alfabetização, trouxe uma série de ações governamentais em todo o mundo para erradicação do analfabetismo funcional. Tal combate estaria voltado “não somente à aprendizagem inicial da leitura e da escrita, mas seus usos para a comunicação, a informação, a produção artística, a participação e a aprendizagem ao longo da vida” (Terceiro Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional, 2003, p. 3).

O intuito pelo qual procurei abordar a temática de descolonização curricular é pelo fato de que, ao longo do meu ensino fundamental, as metodologias de ensino utilizadas em sala de aula detinham um caráter tradicional. Ou seja, a “educação bancária” de Paulo Freire, onde o aluno é mero expectador e recipiente de um saber cujo proprietário é unicamente o professor. Além disso, as didáticas utilizadas “abordavam” a história da África e a cultura afro-brasileira e indígena somente em datas “comemorativas”, e relatavam a história desses povos sempre pelo lado do colonizador.

É de suma importância ressaltar que com a implementação da lei 10.639/03 na grade disciplinar das escolas públicas e particulares de ensino fundamental e médio, tornou-se obrigatório o ensino que dispõe sobre conteúdos referentes a história e cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena.

Os negros e índios tiveram toda a sua caminhada de luta e cultura marginalizada pela sociedade e no sistema educacional também não foi indiferente; o fato é que os meios didáticos e, por muitas vezes, os discursos dos educadores dentro das escolas reforçaram cada vez mais a ideia do negro e o índio como exóticos ou inferiores a outras raças. Mesmo com os avanços decorrentes das políticas educacionais afirmativas, o sistema de ensino brasileiro “ainda não se ‘livrou’ das amarras que prende a um currículo homogeneizante, eurocêntrico e monocultural (...) (ARAÚJO; MORAIS, 2013, p. 2). É preciso modificar esse modelo educacional que valoriza apenas a cultura hegemônica, “cultura branca” e exclui os saberes de culturas ditas como inferiores. O colonialismo em destaque, transmitindo conhecimentos exclusivamente sob a ótica do colonizador, produz, como consequência, alguns profissionais da área da educação que ainda não estão comprometidos com as questões que envolvem as relações étnico-raciais. Justamente por isso, se faz necessário compreender o impacto dessa lei através desses profissionais que possam vivenciar a sua execução no âmbito educacional.

Mais de uma década após a criação da lei 10.639 percebe-se que a maioria das escolas brasileiras ainda não a implementou de fato, existindo apenas ações pontuais, superficiais, descontextualizadas e sem continuidade, em datas como 13 de maio e 20 de novembro. (Araújo – Giugliani, 2012).

O objetivo central da pesquisa é analisar a produção dos currículos escolares no âmbito da lei 10.639/03, observando, através de um estudo de caso, em Acarape-CE, como os conteúdos de matriz afro-brasileira e história africana tem sido abordados no campo da metodologia, didática e formação cidadã.

A pesquisa também busca entender uma outra realidade, quando o educador passa pela a fase de formação ele adquire várias perspectivas de conhecimento, e isto também se apresenta na rotina escolar. Vale ressaltar que os investimentos na educação são sempre importantes, capacitando os professores e fazendo com que ele entendam a importância da inserção dos conteúdos pesquisados é uma das maneiras para descolonizar os currículos escolares.

OBJETIVO GERAL

Analisar a produção dos currículos escolares no âmbito da lei 10.639/03, observando, através de um estudo de caso, em Acarape-CE, como os conteúdos de matriz afro-brasileira e história africana tem sido abordados no campo da metodologia, didática e formação cidadã.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Entender a relação entre educação e cidadania através das práticas pedagógicas estabelecidas pela implementação de conteúdos afro-brasileiros;
- Conhecer a legislação que aborda a inserção do ensino de história e cultura afro-brasileira no currículo escolar;
- Discutir os princípios formativos que norteiam a inserção da cultura afro-brasileira nos currículos escolares, observando sua influência na percepção de uma nova relação ensino-aprendizagem;
- Analisar uma possível desconstrução de conteúdos eurocêntricos no currículo educacional da instituição aqui abordada;

JUSTIFICATIVA

O presente projeto se justifica pela possibilidade de alcançarmos as concepções que os professores possuem sobre a cultura afro-brasileira, dando conta de como essas percepções se fazem presentes em suas práticas pedagógicas na sala de aula. Pensamos que é importante averiguarmos como tem sido o desenvolvimento de ações e medidas voltadas para a conscientização da comunidade escolar sobre a legitimidade da história africana e cultura afro-brasileira; isto pensando numa formação humanística que exija o respeito pelas diferenças e a constituição de relações mais igualitárias e solidárias entre os indivíduos. Além da mera aplicação da lei, torna-se necessário que a escola se torne um espaço de reflexão sobre os significados de cidadania, na qual o processo de formação do estudante leve em consideração sua condição de sujeito ativo no interior de uma sociedade específica.

Propomos, então, uma investigação curricular como um estudo de caso: nossa pesquisa será realizada no âmbito da *Escola de Ensino Fundamental Antônio Correia de Castro*. Uma escola de ensino infantil e fundamental que abrange séries do primário ao nono ano, situada na zona rural de Acarape-CE, em uma localidade que se denomina Carro Atolado. Única escola da local, de estrutura básica, no qual antigamente era uma casa e adaptaram para tê-la como uma escola, possui aproximadamente 279 alunos matriculados, constando ainda de 25 funcionários, 17 professores, 5 cozinheiras/zeladoras, 2 porteiros e 1 vigia. Os dados aqui citados se tornam importantes para a pesquisa, pois expõem as dificuldades do ambiente escolar e suas interferências nas práticas pedagógicas e no desenvolvimento socioeducativo.

Partiremos do estudo da lei sancionada em 9 de janeiro de 2003, a lei 10.639/0, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira em todas as escolas públicas e particulares no ensino fundamental e médio; medida essa que visava promover a inclusão do estudo da história da África e dos africanos, da luta dos negros, recuperando, assim, a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política da história do Brasil.

Outro aspecto da aplicação da lei 10.639/03 nos espaços escolares diz respeito a desconstrução do preconceito racial e dos múltiplos estereótipos associados aos negros, o que viria a confrontar as diferenças sociais e culturais existentes na nossa sociedade. Entendemos que o período escolar para uma criança e adolescente possui impacto significativo na sua formação cultural (ideias e visões do mundo), tão logo a escola pode (e deve) funcionar como ambiente de inovação metodológica e construção de pensamento crítico que atue na contramão daquilo que Silvio Almeida denomina de *racismo*

institucional e estrutural. Temos ainda o interesse de debater sobre as formas pelas quais os africanos e a cultura Afro Brasileira são vistos na sociedade brasileira.

Sabemos que o educador está sempre cercado de diversas práticas pedagógicas, e que faz escolhas entre elas ao pôr em prática seus conhecimentos. Barbosa (1997) define *práticas pedagógicas* como uma “atividade sociocultural e histórica específica, orientada por finalidades, objetivos, concepções, conhecimentos e valores, que se realiza em um processo de trabalho planejado nas instituições de educação de crianças de zero a cinco anos”. Além disso, sublinha que

A prática pedagógica é uma dimensão da educação, cuja finalidade é historicamente determinada e abrange práticas formativas, durante as quais ocorrem processos de socialização, transmissão, divulgação e apropriação de conhecimentos historicamente produzidos pelos diferentes grupos humanos e classes sociais nas mais variadas formas de interação que se estabelecem entre os homens e destes com o mundo sócio-material e cultural. (1997, p. s/n)

Consideram-se também “(...) as possibilidades de criação e transformação dos conhecimentos já existentes, à medida que a educação envolve sempre seres ativos e em condições de constituir outras formas e processos de agir, sentir, pensar, representar”. (BARBOSA,1997, p.01) Diante desse contexto o projeto tem como base avaliar essas práticas pedagógicas e os tópicos que estão inseridos no currículo escolar da instituição de ensino aqui avaliada.

Podemos usar como inclusão de conteúdos no currículo escolar a implementação da lei 10.639/03. A inserção de conteúdos afro-brasileiro em sala de aula é uma nova forma de educar, fazendo com que os alunos se reconheçam nos conteúdos ali abordados, que se identifiquem com as histórias, contos, fabulas que lhe são repassados. Para tal é preciso investir sobre uma avaliação crítica da linguagem dos livros didáticos, tendo em vista que as histórias inseridas neles podem estar situadas a partir de um ponto de vista eurocêntrico, onde o racismo aparece muitas vezes oculto no interior das histórias e das imagens apresentadas.

Um exemplo a ser citado é caso do livro “Histórias de Tia Nastácia”, de Monteiro Lobato, o qual ainda é suporte de leitura no âmbito do ensino infantil. Aqui, vemos que a personagem Tia Nastácia é estereotipada negativamente, algo que o autor trata com naturalidade, colocando na boneca de pano, Emília, falas racistas, como:

Pois cá comigo- disse Emília- Só aturo estas histórias como estudos de ignorância e burrice do povo. Prazer não sinto nenhum. Não são engraçadas, não tem humorismo. Parecem-me mesmo muito grosseiras e até bárbaras-

coisa de negra beijuda, como Tia Nastácia. Não gosto, não gosto e não gosto!
(LOBATO, 1957, p.30)

Na desvalorização das histórias contadas por Tia Anastácia, encontramos o preconceito escancarado do livro. Em muitas escolas os livros de Monteiro Lobato são utilizados como textos de apoio, transformando o racismo como uma coisa natural desde a infância até a vida adulta; para uma descolonização curricular é preciso que haja uma ruptura nessa estrutura, branca e eurocêntrica, já assimilada como mecanismo de ensino-aprendizagem; uma estrutura onde os conteúdos afro-brasileiros, indígenas ou periféricos são ignorados ou até mesmos distorcidos.

Diante dessas situações a autora Karoline Fin em seu artigo *As influências africanas na música e nas musicalidades brasileiras como objeto de estudo nas aulas de história*” diz que:

“Elaborar um currículo que não apenas inclua conteúdos isolados sobre o continente africano e sobre as experiências dos povos africanos na diáspora, transformando-os em momentos de comemoração em determinados eventos como o 13 de maio e o 20 de novembro, mas que, ao invés disso, transforme esses conteúdos em um instrumento de construção da própria identidade cultural d@s discentes e na valorização não apenas de uma ou outra vertente dessa cultura, mas que parta da premissa de que todos os pontos dessa construção são importantes e imprescindíveis, é o grande desafio que se impõe a tod@s nós professor@s não só de História, mas de todas as disciplinas, em especial das voltadas para as Humanidades”. (KIN, 2015.p, 03).

Diante disso percebo que a inserção de Contos, Fábulas e Histórias africanas e afro-brasileiros como práticas pedagógicas tem uma relevância de base construtiva, como uma maneira de quebrar esse paradigma, de racismo institucionalizado. Também a abordagem de temas que falem da realidade da localidade, da vivência dos alunos na comunidade, da história de vida deles e de seus antepassados, é uma maneira de integralizar os alunos e fazer com que se sintam à vontade com os conteúdos ali abordados e que também se reconheçam diante dessas didáticas.

Outra maneira de inserir conteúdos sobre a cultura afro-brasileira é pelo diálogo multidisciplinar e interdisciplinar, como, por exemplo, no ensino de matemática. No artigo *O estudo da cultura Africana no ensino da matemática*, de Nabor Maurício Oliveira Chagas(2016) pude perceber a importância de metodologias inovadoras para a conscientização e modificação na visão dos alunos sobre o continente africano. O autor aborda a valorização da cultura africana através de jogos que são realizados dentro da sala de aula, como os de tabuleiro africano, os quais poucos divulgados na realidade da educação brasileira.

A atividade com jogos também pode ser vista como um agente cognitivo que auxilia o aluno a agir livremente sobre suas ações e decisões fazendo com que ele desenvolva além do conhecimento matemático também a linguagem, pois em muitos momentos será instigado a posicionar-se criticamente frente a algumas situações. Em nossa sociedade, atualmente, novas habilidades passam a ser exigidas, não só no mundo do trabalho como, também, na vida social dos sujeitos. Assim sendo, a capacidade de resolver problemas, utilizar a imaginação e a criatividade são requisitos indispensáveis no processo de ensino aprendizagem e a utilização de jogos nas aulas de matemática pode agir como um facilitador na construção do conhecimento matemático. (CHAGAS, 2016, p.09)

Com essa citação pode se notar o quão abrangentes são esses jogos em sala de aula, pois além de contribuírem no desenvolvimento de habilidades da matemática, raciocínio e lógica, também auxiliam na aproximação dos alunos com as diferentes realidades da história e cultura do continente africano. É possível fazermos uma crítica curricular apontando esses horizontes didáticos originais?

REVISÃO BIBLIOGRAFICA

Em termos de história do Brasil, o colonialismo trouxe consequências que até hoje estão presentes na sociedade. Preconceitos raciais, sexistas, xenofóbicos e dentre tantos outros que existem e são tratados de forma natural perante a sociedade. A isso, Walter Mignolo (2017) de o nome de colonialidade, isto é, a construção de uma mentalidade embasada na classificação social por intermédio da raça, classe e cor. O que, por fim, delimitou uma forma de pensamento de longa duração que insiste na subvalorização da cultura e história dos povos marginalizados, tais como índios e negros. Para Mignolo (2017) “A colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada”.

A partir desses processos de colonização, houve uma “mudança” ao decorrer dos séculos, trago como exemplo os avanços do século XXI por se tratar de uma era bastante globalizada, é notório a relação entre dois fatores, globalização e capitalismo. Ressalto aqui o que Mignolo traz em seu texto explicando algumas formas de conhecimentos institucionais hegemônico trazidos pela as bases da MCP (Matriz Colonial do Poder)

O conhecimento na MCP era uma faca de dois gumes: por um lado, era a mediação para a ontologia do mundo, assim como um modo de ser no mundo (a subjetividade); por outro lado, uma vez que o conhecimento era concebido imperialmente como o verdadeiro conhecimento, se tornou uma mercadoria para ser exportada àqueles cujo conhecimento era alternativo ou não moderno,

segundo a teologia cristã e, depois, a filosofia secular e as ciências.”
(MIGNOLO, 2017, p. 8)

Diante desses contextos, vemos que o racismo e o patriarcalismo estão presentes na sociedade desde os séculos passados e é perceptível como isso atinge os programas curriculares, que supervalorizam a história europeia em detrimento da história e resistência e direitos de mulheres negras e comunidades indígenas ou quilombolas. Mignolo (2017) ressalta que “Assim, ocultadas por trás da retórica da modernidade, práticas econômicas dispensavam vidas humanas, e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis.” Vemos com isso que na história da sociedade brasileira, negros tiveram suas experiências de luta e cultura marginalizadas, e no interior do sistema educacional isso também não foi diferente; o fato é que os meios didáticos e, por muitas vezes, os discursos dos educadores, reforçam cada vez mais a ideia do negro como inferior a outras raças. A lei de promoção da história e cultura afro-brasileira veio à tona no intuito de modificar gradualmente tais padrões, repercutindo na criação e aplicação de estudos e documentos para solidificar a matéria em torno de um Plano Nacional.

O tema do colóquio “representações dos africanos e as pessoas de ascendência africana nos manuais escolares nas perspectivas afro decoloniais” traduz muitas reflexões apresentadas no documento *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana* – publicado em setembro de 2009 pelo Ministério da Educação (Secretaria da Educação Continuidade, Educação e Diversidade). Este documento tem como base estruturante os seis eixos propostos no documento “contribuições para implementação da lei 10639/03”, a saber: 1) fortalecimento do marco legal 2) política de formação para gestores profissionais de educação 3) política de material didático e paradidático 4) gestão democrática de mecanismos de participação social 5) avaliação e monitoramento 6) condições institucionais.(LOPES,2017,s/n)

Mesmo com os avanços decorrentes das políticas educacionais afirmativas, o sistema de ensino brasileiro “ainda não se ‘livrou’ das amarras que o prende a um currículo homogeneizante, eurocêntrico e monocultural (...)” (ARAÚJO; MORAIS, 2013, p. 2). É preciso modificar esse modelo educacional que valoriza apenas a cultura hegemônica, “cultura branca”, e exclui os saberes de culturas marginalizadas. A colonialidade, transmitindo conhecimentos exclusivamente sob a ótica do colonizador, produziu, como consequência, uma profissionalização na educação que ainda não vê comprometida com as questões que envolvem as relações étnico-raciais. Justamente por

isso, se faz necessário compreender o impacto dessa lei através de profissionais que possam vivenciar a sua execução no âmbito educacional.

No artigo *o ensino da literatura brasileira como objeto de transformação social*, de Gabriela Alves de Oliveira Souza, temos uma discussão acerca do ensino da cultura afro-brasileira nas escolas, quando a autora diz que:

Apesar de o negro africano ter sido maltratado, aprisionado e imposto a situações desumanas, eles nunca deixaram de expressar sua cultura, arte, dança, pelo contrário as mantiveram durante séculos, contribuindo significativamente na construção de nossa identidade brasileira. (SOUZA, 2016, p. 81).

Percebe-se que a educação brasileira ainda é presa a um currículo eurocêntrico mesmo com a existência da lei 10.639/03- A autora ressalta ainda que durante muito tempo o negro foi excluído das obras literárias brasileiras, e somente depois de várias contestações que houve um pequeno avanço, uma aceitabilidade. Mais que isso, uma educação como ferramenta na construção cultural do indivíduo deve apresentar diferentes didáticas (literatura, jogos, mapas, fotografias, etc), assim como disciplinas que abordem literatura afro-brasileira, objetivando manter os alunos informados sobre a história e cultura desses povos que fazem parte da construção cultural da sociedade brasileira.

Sabemos que a descolonização de currículos advém de vários fatores: desde a gestão escolar até a planejamento dos professores é necessário um diálogo para que os mesmos possam se conscientizar da importância de conteúdos da história da África e também afro-brasileiros. Nilma Lino Gomes (2012), em seu artigo *Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos currículos*, aborda essa temática de formação para os professores:

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciamos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos. (GOMES, 2012, p.102)

Existe uma relação direta entre educação e cidadania que pode ser acionada através de novas práticas pedagógicas que incluam história africana e afro-brasileira; atividades que importem na reflexão sobre a dimensão cotidiana do racismo, escravismo e violência social faz com que os alunos se reconheçam diante desses conteúdos e possam também se interessar pela África, desconstruindo o *pensamento colonialista* implantado

na sociedade. Kabenguele Munanga (2013, p. 29.), em entrevista para a *Revista Educação e Políticas em Debate*, trata da implementação de um novo currículo escolar que possa inserir não só conteúdos eurocentrizados.

Então a fundamentação filosófica de construção de um novo currículo seria partir para o afrocentrismo?

Munanga: A questão não é fugir do eurocentrismo para fazer uma fundamentação afrocentrista. A questão é simples, basta incluir os outros conhecimentos invisibilizados e, assim ter um currículo que contemple todas as raízes formadoras do Brasil. Assim, teríamos um currículo sem excluir as raízes ocidentais, indígenas e africanas. Pelo contrário, seria o movimento de incluir todas. Incluir as raízes africanas que foram excluídas não se trata de substituir um centrismo por outra forma de centrismo, mas é premente incluir outras visões de mundo.

Fazer uma análise no currículo escolar vai além de uma simples pesquisa, buscamos nos orientar com mais exatidão sobre a inserção de conteúdos africanos e afro-brasileiros na grade pedagógica, analisando os livros didáticos e se a lei 10.639/03 está sendo executada. Como diz Santomé (1995, p. 163):

Quando se analisam de maneira atenta os conteúdos que são desenvolvidos de forma explícita na maioria das instituições escolares e aquilo que é enfatizado nas propostas curriculares, chama fortemente a atenção à arrasadora presença das culturas que podemos chamar de hegemônicas. As culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder continuam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação.

Os currículos passam a ser um dos territórios em disputa, sobretudo desses novos sujeitos sociais organizados em ações coletivas e movimentos sociais (Arroyo, 2011). A ausência de conteúdos de África na escola é, para além de um currículo, uma negação de uma realidade cultural brasileira, uma desvalorização com o povo negro, uma falta de reconhecimento da história e das contribuições desse povo com o desenvolvimento cultural do Brasil. Nesse sentido, descolonizar os currículos ultrapassa a mera desconstrução ocidental, mas integra a construção de novos conhecimentos e abordagens, um desafio para implementar a reflexão crítica nas escolas.

É evidente que a descolonização dos currículos está para além da inserção da história da África e das culturas afro-brasileiras no currículo escolar, mas sim um reconhecimento de lutas sociais de uma população historicamente marginalizada perante a sociedade que tem como base o ensino ocidentalizado. Nilma (2012) traz articulações que nos faz perceber a importância da inserção dos mesmos na grade curricular, no qual cita:

No campo do currículo, tais demandas também têm encontrado lugar na medida em que esse já se indaga sobre os limites e as possibilidades de construção de um currículo intercultural, o lugar da diversidade nos discursos e práticas curriculares, o peso das diferenças na relação entre currículo e poder, entre outros. Mas o trato da questão racial no currículo e as mudanças advindas da obrigatoriedade do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras nos currículos das escolas da educação básica só poderão ser considerados como um dos passos no processo de ruptura epistemológica e cultural na educação brasileira se esses não forem confundidos com “novos conteúdos escolares a serem inseridos” ou como mais uma disciplina. Trata-se, na realidade, de uma mudança estrutural, conceitual, epistemológica e política.” (GOMES, 2012, p.106).

Relaciono esta citação de Nilma com um trecho de uma das falas de Munanga dada na entrevista já citada: “Como vamos construir uma nova pedagogia, uma pedagogia multicultural anti-racista socializando nossos jovens com livros didáticos dessa natureza?”. (MUNANGA, 2013, p. 33) Como já citado antes, essa ruptura nos currículos vai além de uma desconstrução, mas, uma maneira de reconhecer e entender a importância de inserir conteúdos que realmente abordem a realidade historicamente. A educação brasileira é regulamentada sob um conjunto de normas implementadas por instituições como a BNCC (base comum curricular) e o MEC (Ministério da educação), e desconstruir um currículo é algo muito difícil por conta dessas instituições. É necessário uma pesquisa mais aprofundada para sabermos se a implementação da lei 10.639/03 está sendo exercida e se na formação dos professores estão inserindo a história da África e das culturas afro-brasileiras como um instrumento pedagógico inclusivo, pois entendemos que esta luta não deve ser um compromisso somente das minorias étnico-raciais, mas de toda a sociedade.

METODOLOGIA

Segundo Creswell (2007), os procedimentos que empregam uma pesquisa qualitativa fundamenta-se no uso de múltiplos métodos que são interativos interpretativos; o pesquisador qualitativo vê os fenômenos sociais holisticamente. Isso explica o porquê dos estudos qualitativos aparecem como visão ampla em vez de microanálise, usa um raciocínio complexo multifacetado, interativo e simultâneo. A pesquisa qualitativa é emergente em vez de estritamente pré-configurada, o pesquisador adota e usa uma ou mais estratégias de investigação como um guia para procedimentos de um estudo qualitativo, além de ter como característica da pesquisa a objetivação do fenômeno e hierarquização das ações de descrever, entender e compreender os objetivos da pesquisa.

Portanto, a partir do método qualitativo poderá ser feita uma análise dos dados obtidos durante a pesquisa e assim compreendermos como se dá essa possível descolonização dos currículos nas práticas pedagógicas tendo como base as percepções e nas experiências dos participantes da pesquisa.

Além desses estudos já citados, trago na pesquisa estudos bibliográficos. Este estudo bibliográfico/documentais trará diversas opiniões de outros pesquisadores, através de livros, artigos no qual são de suma importância para termos posteriormente uma compreensão desta pesquisa.

A pesquisa será realizada na *Escola de Ensino Fundamental Antônio Correia de Castro*, localizada na comunidade de Carro Atolado na cidade de Acarape-Ce. Nosso objetivo é realizar entrevistas individuais com professores e a gestão escolar para entender as seguintes questões: como estão postas as práticas pedagógicas em sala de aula? As didáticas abordam conteúdos afro-brasileiros e indígenas? Pretendemos descobrir também se (e como) a lei 10.639/03 está sendo efetivada pelos educadores. Juntamente com as entrevistas farei um levantamento dos livros didáticos, sobretudo, da área de ciências humanas, além de outros documentos, como projeto curricular da escola e de atividades afirmativas que são realizadas, também será realizada posteriormente como participante uma observação em sala de aula visando a compreensão das relações sociais dos estudantes.

REFERÊNCIAS

- Segundo ABNT - NBR 6023.
- OLSEN, W. Coleta de Dados. Porto Alegre: Penso, 2015.
- CRESWELL, John- Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.
- Terceiro Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional, 2003, p. 3.
- CHAGAS, Nabor- O estudo da cultura Africana no ensino da matemática,2016.
- BARBOSA, Ivone Garcia; BARBOSA, I.G. Prática pedagógica na educação infantil. In:OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM).
- LOBATO, Monteiro; Histórias de Tia Nastácia, 1957: p.30.
- ARAUJO, Juandir-BEATRIZ, Giugliani – Por uma Educação Literário para lei nº10.639/03.
- SOUZA, Gabriela Alves de Oliveira- O ensino da literatura brasileira como objeto de transformação social; Anais do Festival Literário de Paulo Afonso - FLIPA - 2016 - Faculdade Sete de Setembro - Paulo Afonso-Bahia
- ARAUJO, Jurandir de Almeida – Por uma educação das relações étnicos- raciais.
- MIGNOLO, Walter D. COLONIALIDADE O lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco OliveiraPontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro – RJ, Brasil. E-mail: marco.alexandre@live.com. DOI 10.17666/329402/2017; REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 32 N° 94
- GOMES, Nilma Lino; Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos currículos. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.
- GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias POLÍTICAS CURRICULARES E DESCOLONIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS: A LEI 10.639/03 E OS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES; Revista Educação e Políticas em Debate – v. 2, n. 1 – jan./jul. 2013.
- LOPES, Maria Aparecida Oliveira; Uma leitura sobre a descolonização do saber na educação brasileira. <http://reseaudecolonial.org/2017/10/01/uma-leitura-sobre-a-descolonizacao-do-saber-na-educacao-brasileira/>.

- KIN, Karoline; As influências africanas na música e nas musicalidades brasileiras como objeto de estudo nas aulas de história. 2015. XXVIII Simpósio Nacional de História.